

ATA DA 17ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS REALIZADA NO MINI-AUDITÓRIO DA CODEVASF

Data: 14/08/2002

Início:10:00 h – Término:- 15:30 h

MEMBROS PARTICIPANTES:

1 –Ministério da Ciência e Tecnologia

Dr. Carlos Oiti Berbert (coiti@mct.gov.br)

2 –Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Dr. Luiz Novais de Almeida (mcoliveira@mctagricultura.gov.br)

3-Ministério do Meio Ambiente

Dra. Francis Priscilla Vargas Hager (ffvargas@terra.com.br)

4-Ministério da Saúde Ausencia

5-Agencia Nacional de Águas - ANA

Dr. Luiz Amore (amore@ana.gov.br)

6- Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Região Nordeste

Vera Lúcia Lopes de Castro (vcastro.nat@terra.com.br)

7-Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Região Centro Oeste

Luiz Antônio Barboza (luizgeo@ig.com.br)

8- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Região Sudeste

Dr. Elcio Linhares Silveira (elciols@uol.com.br)

9 –Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário

Dr. João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br)

10- Pescadores e Usuários da Água para o Lazer

Leila Pereira Passos (lppassosalgar.com.br)

Indústrias

Dr. José Roberto Centeno Cordeiro (Jose.centeno@cvrd.com.br)

12-Irrigantes Ausencia

13-Comitês, Consórcios e Associação Intermunicipal das Bacias

José Luiz Galvão de Mendonça (comitetj@recursoshidricos.sp.gov.br)

CONVIDADOS:

Major José de Souza Leal Neto (jslealneto@hotmail.com)

Dr.Ediltom Carneiro Feitosa (edilton@ana.gov.br)

Dr. Francisco Aurélio Caetano da Silva (fcaetano@ana.gov.br)

Dra.Isaura Pinho (Isaura.pinho@cvrd.com.br)

Dra. Célia Cristina moura Pimenta (celiacristina@ana.gov.br)

Dra. Maria Luiza Silva Ramos (malua74@hotmail.com)

Dr. Marcelo Jorge Medeiros (mjmedeiros@cprm.gov.br)

Dr. Manoel Bomfim Ribeiro (manoelbomfim@terra.com.br)

Dr. Walber Cordeiro (walberc@cogerh.com.br)

Dr. João Salles (jsrsalles@terra.com.br)

Dr. Fernando B Dantas (febrida@ana.gov.br)

Dr. José Moacir Brito Soares Santana (jmoacir@cerb.gov.br)

RELATORES:

Júlio Florêncio Filho(julio.florencio@ig.com.br)

Ednaldo Mesquita Carvalho-(ednaldo.mesquita@gov.br)

RESUMO

- Apresentação dos participantes
- Aprovação/retificação da ata da 16ª reunião CTAS
- Apreciação PEC 43/00
- Parecer jurídico IGAM sobre PEC 43/00
- Manifestações dos conselheiros sobre o assunto
- Comunicado de desligamento e substituição do Conselheiro do MCT
- Decisão de oficiar aos órgãos envolvidos – ABES ABAS ABRH CERHs

- Relato sobre os poços do Gurguéia
- Retirada arbitrária de pauta do encaminhamento de Moção CTAS
- Encerramento

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Ao abrir a reunião o Presidente cumprimentou a todos os presentes e solicitou que fosse feita a auto-apresentação. Em seguida colocou a ata da décima sexta reunião em discussão, a qual, após as retificações feitas pelas Dras. Vera e Célia, foi aprovada. Dando seguimento aos assuntos constantes da pauta o Presidente fez um relato sobre o Projeto de Emenda Constitucional PEC 43/00, que altera a dominialidade das águas subterrâneas; a seguir passou a palavra a Dra. Maria Luiza que informou parecer jurídico do IGAM sobre a matéria o qual segue anexa a presente ata; com a palavra a Dra. Isaura disse que os artigos 20 e 26 da Constituição deixam dúvidas quanto a sua interpretação; o Sr. Presidente fez a leitura do relatório do Senador Lucio Alcântara sobre a matéria tendo ainda informado que o mesmo encontra-se em condições de ser votado dependendo somente de ser incluído na pauta do Senado; o Dr. Luiz Amore apresentou alguns questionamentos do ponto de vista técnico; a Dra. Maria Luiza concordou com os aspectos técnicos levantados pelo Dr. Luiz Amore tendo ressaltado que o parecer lido era mais sobre aspectos jurídicos do que técnicos; o Presidente prestou alguns esclarecimentos a respeito do Projeto tendo relatado que o mesmo é de autoria do Senador Júlio Eduardo, resgatando a tramitação do mesmo até o presente; a Dra. Isaura teceu alguns comentários sobre os artigos 20 e 26 da Constituição e os problemas existentes em função de interpretações diversas tendo falado que a Vale do Rio Doce já vem estudando o assunto inclusive em conjunto com o IBAMA; neste ponto o Presidente lembrou que as Resoluções 15 e 22 do CNRH oriundas da CTAS dá algumas diretrizes sobre o assunto, tendo ainda tecido outros comentários de natureza técnica; o Dr. Élcio falou que projeto em pauta contraria toda descentralização preconizada para o sistema tendo ainda tecido várias considerações de aspecto técnico; a Dra. Vera teceu algumas considerações a respeito do que ocorre no Rio Grande do Norte nas reuniões com os usuários, para depois estranhar a maneira como este assunto vem sendo tratado, descartando conhecimentos técnicos e participação mais efetiva dos usuários; o Dr. Luiz Amore voltou a tecer comentários, tendo dito que acha que não houve ruptura do espírito federativo quando o Senado propõe através de um de seus membros um detalhamento do ponto de vista jurídico, tendo ainda tecido comentários a respeito da atuação da ANA; a Dra. Maria Luiza novamente voltou a falar da necessidade de conhecimento dos aquíferos não vendo nenhum problema para que isto seja feito pelos Estados, tendo questionado sobre o termo “águas circunscritas ao território do Estado”, conforme consta do PEC pois acha muito difícil se ter uma definição a esse respeito; o Dr. João Salles falou de sua participação na época da constituinte das discussões sobre o assunto tendo havido grande dificuldade de compreensão por parte dos parlamentares razão pela qual o assunto não ficou bem definido; aproveitou ainda a ocasião para estranhar e protestar pelo fato da CPRM não fazer parte da composição da CTAS, sendo o órgão que mais conhece de águas subterrâneas no Brasil; o Dr. Walber também atribuiu à falta de conhecimento técnico dos legisladores a apresentação da presente emenda; o Dr. Élcio salientou que existe uma ingerência nas atribuições do Estado, falou ainda que o Estado de São Paulo já vem estudando a hidrogeologia desde 1972; a Dra. Célia concorda com a proposta de emenda achando que o legislador ao apresenta-la o fez de forma fundamentada, tendo ainda citado os fundamentos da gestão de recursos hídricos a qual deve ser descentralizada e participativa; o Dr. João Salles mais uma vez protestou pela não participação da CPRM oficialmente na CTAS tendo o Presidente prestado alguns esclarecimentos sobre o assunto; com a palavra o Dr. Oiti fez o seguinte pronunciamento: “Quando foi anunciada a nova composição do Conselho em Aracajú eu fiz questão de registrar meu desapontamento, minha quase revolta, com retirada do MME e do ME da composição do Conselho, sem a consulta aos Ministros respectivos; acontece que foi proposta ao Ministro da época uma ação que revogasse isso e não houve interesse do Ministro. Acho que a CPRM é importante para esta Câmara, bem como para outras Câmaras, agora cabe aos dirigentes dessas duas instituições convencerem o Ministro dessa importância para que ele faça politicamente a ação para reintegrar o Ministério aqui; por mais que você fale assim: eu desejo, eu quero, de nada adianta se o Ministro não quiser; então eu acho que cabe ao Humberto, cabe ao Marcelo Tunnes se unirem, levarem ao Ministro Frederico Barbosa

demonstrando que é fundamental o Ministro fazer essa ação”. A respeito do PEC 43 concorda que a mesma é necessária pois da maneira como está o assunto ficou indefinido; ficou decidido oficiar às Associações e Conselhos Estaduais sobre a matéria, solicitando posicionamento; o Major Leal lembrou que ate agora havia se falado em conhecimento, gestão, e não foi comentado nada a respeito da preservação, achando ainda que existe muito conhecimento a respeito do assunto, porem espalhado pelos diversos órgãos que estudam a questão, comentando que deve haver uma aglutinação destes conhecimentos, sugerindo que a ANA talvez fosse o órgão ideal para fazer essa aglutinação ; a Dra. Priscilla falou sobre o programa de água subterrânea da SRH que está fazendo todo o mapeamento da situação atual do Brasil em termos de conhecimento básico, aspectos legais, institucionais e mobilização social; o Dr. Edílson discorreu sobre diversos aspectos técnicos; sobre gestão e dominialidade ele não tem conhecimento pois nunca trabalhou com gestão, mas ressaltou o desconhecimento dos aquíferos principalmente no Nordeste, apesar do trabalho desenvolvido pela SUDENE ressaltando que essa situação não permite que se faça uma outorga consciente; o Dr. Francisco da ANA informou que a mesma está pensando em fazer um cadastramento nacional de poços; o Dr. Oiti estranhou este procedimento tendo em vista que a CPRM já tem mais de 50000 poços cadastrados na área . Aproveitou a ocasião para expressar o seu desagrado pela maneira como vêm sendo conduzidos os assuntos: primeiro a saída do MME do Conselho; o segundo foi o Decreto que estabeleceu aquela Portaria, sem que ninguém soubesse, nem os próprios interessados participantes, a EMBRATUR, DNPM, Ministério de Minas e Energia, por exemplo; o terceiro, impedindo que haja realmente uma manifestação democrática perante um Conselho; a minha última manifestação aqui é a seguinte: “na sexta-feira passada pedi a minha substituição como representante do MCT no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nas suas Câmaras Técnicas, embora tenha sido solicitado que eu fique mais um pouco na Câmara de Águas Subterrâneas; na verdade não é minha intenção permanecer e como eu não posso vir hoje a tarde, queria aproveitar para agradecer a atenção e o apoio que me foram dados, não só pelos colegas mais antigos, os dois Luizes, a Luiza, a Francis, o Elcio, a Célia, enfim esse pessoal todo mas principalmente os dois que eu conheço, o Julio e sobretudo o nosso Presidente, o Simanke. Quando for preciso alguma coisa fico à disposição, porém não devo comparecer mais às próximas reuniões”. O Presidente considera uma perda irreparável a saída do Dr. Oiti tendo outros companheiros ratificado esta opinião; o Dr. Marcelo fez um relato sobre a situação dos poços jorrantes do Vale do Gurgueia .Em seguida, por ocasião dos Comunicados do Presidente, foi dado ciência aos Conselheiros da retirada arbitrária da pauta VIIIª reunião extraordinária do CNRH, da Moção que visava solicitar modificações no Decreto de 08/08/2002 tendo havido diversas manifestações de desagrado pelo fato. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João Carlos Simanke de Souza
Presidente

Júlio Florêncio Filho
Relator